

## **O maniqueísmo no discurso político: traços do bem e do mal nas construções jornalísticas<sup>1</sup>**

Renata Marques de Oliveira DELAGE<sup>2</sup>

Wedencley Alves SANTANA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **Resumo**

O artigo busca evidenciar que o discurso político contemporâneo apresenta traços que nos remetem ao maniqueísmo, doutrina que se funda em princípios opostos. As bases teóricas levantadas para dar suporte a tal afirmação são ilustradas brevemente por trechos retirados de jornais impressos de grande circulação e credibilidade no país (O Globo e Folha de S.Paulo). O que se questiona e se pretende expor no presente trabalho é o fato de que o uso recorrente de enquadramentos e discursos restritos limita as possibilidades de o cidadão desempenhar, de maneira mais crítica, sua função no cenário democrático.

**Palavras-chave:** discurso político; maniqueísmo; análise de discurso; jornalismo impresso.

### **1. Introdução**

Os esforços voltados a compreender como as pessoas definem e vivenciam o mundo da política, com frequência, têm recorrido às teorias que abordam o discurso. Como averiguou Alessandra Aldé (2001), é fundamental perceber que a relação da maioria dos cidadãos com este novo cenário político - marcado pela presença ativa dos meios de comunicação de massa - é predominantemente discursiva. Mais que nos momentos de eleição, é nas conversas cotidianas, com familiares, amigos e colegas de trabalho, que se participa diariamente da política, que se discute o que foi apreendido de um variado e extenso universo de informações.

Procuramos, assim, entender o fenômeno da opinião pública como essencialmente discursivo, construído na expressão, na argumentação, na defesa. O discurso passa, neste contexto, a ser entendido como uma justificativa para a ação, uma vez que “é através de narrativas que as pessoas alimentam suas interpretações do mundo, e é também na construção discursiva que as expressam”. (ALDÉ, 2001, p. 25).

Admitido o papel central ocupado pela mídia na vida contemporânea, nas atitudes e nos conhecimentos políticos, faz-se relevante o estudo que busca analisar de que forma e

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Economia Política, Comunicação e Cultura do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFJF. E-mail: renatadelage@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela UNICAMP e mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto III da Faculdade de Comunicação da UFJF. E-mail; wedencley@gmail.com.

sob quais condições os cidadãos formulam sentidos para tal cenário. Um viés possível para análise, que tenta dar conta, ainda que de maneira breve, de uma tendência possivelmente adotada no discurso político veiculado pela mídia, é o proposto neste trabalho. Buscamos bases teóricas, atestadas brevemente por trechos retirados de jornais impressos de grande circulação e credibilidade no país (O Globo e Folha de S. Paulo), que suportam nossa ideia de que o discurso político contemporâneo apresenta traços que nos remetem ao maniqueísmo, doutrina que se funda em princípios opostos.

Para Luiz Gonzaga Motta (2010), o enquadramento predominante no jornalismo político é o *frame* dramático ou narrativo. Recorrendo ao conceito de “enquadramento” de Goffman (1974) – abordado de maneira mais detida no desenvolvimento deste trabalho - Motta propõe que não somente os jornalistas, mas também seu público, procuram organizar a complexidade da realidade política de forma narrativa.

Um enquadramento bipolar, antitético (oposição por contrariedade). Antitético não apenas no sentido pragmático (ideológico): “um lado *versus* o outro lado”. Mas principalmente na colocação sucessiva dos sujeitos como opositores uns aos outros (independente, às vezes, de suas posições ideológicas), construindo (ou reforçando) os conflitos, quaisquer conflitos: a bipolaridade antagonônica entre as personagens da “política em página” (MOTTA, 2010, p. 148).

O pesquisador não afirma, contudo - corroborando a linha que pretendemos adotar em nossas discussões - que o jornalismo só busca incitar oposições, mas o faz predominantemente, e tal forma jornalística de ver o mundo certamente surte efeitos em diferentes aspectos do cenário político atual.

Instituir histórias, conflitos, tensões, clímax, heróis e vilões, mocinhos e bandidos, bons e maus aos acontecimentos políticos, por sua vez, não diz respeito apenas ao fazer jornalístico ou à própria figura do jornalista. Tal lógica nos remete a uma posição discursiva cultural, que engloba uma relação na qual emissor e receptor se implicam mutuamente. Ora, se trataremos de analisar, em alguma medida, o discurso, levaremos em conta que é no discurso, na interseção das formações discursivas, que se materializam as formações ideológicas (Pêcheux, 1988). Como reforça Eni Orlandi (2007), também é preciso admitir que “o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Uma palavra sobre a metodologia é necessária. Utilizaremos na breve demonstração proposta o confronto entre “enunciados atestados”, aqueles efetivamente encontrados nas reportagens utilizadas no nosso corpus, e enunciados “não atestados”, que são

reformulações do analista, como forma de compreender, pela diferença, os efeitos de sentido próprios de cada construção.

Interessante ressaltar que não temos o intuito de analisar de forma sistemática a ocorrência de tais traços maniqueístas. Por tal motivo, não delimitamos um período de análise ou recorreremos a dados quantitativos. O que propomos é uma breve ilustração do que levantamos em teorias, para a qual usamos enunciados recentes, passíveis de serem encontrados, por qualquer leitor, em reportagens políticas publicadas diariamente nos impressos.

Embora televisão e rádio sejam os meios reconhecidos como os mais acessíveis, Aldé (2001) admite que o jornal, embora implique um esforço maior, ainda é bastante acessível, principalmente tendo em conta seu retorno social. Segundo ela, “os leitores de jornal são vistos como uma elite cognitiva relevante na formação da opinião pública” (ALDÉ, 2001, p. 117). Com isso, torna-se ainda mais relevante, a nosso ver, direcionar nossas atenções para como funcionam os discursos que por meio dele circulam.

Peter Berger e Thomas Luckmann (2007), orientados pelas ideias do Interacionismo Simbólico, argumentam que a realidade é construída socialmente, sendo, assim, um processo de institucionalização de papéis e práticas na vida cotidiana. Os autores argumentam que “a realidade objetiva pode ser facilmente ‘traduzida’ em realidade subjetiva, e vice-versa. A linguagem evidentemente é o principal veículo deste progressivo processo de tradução em ambas as direções” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 179).

Destacamos, por fim, que o uso de enquadramentos ou, ainda, atalhos cognitivos na interpretação do mundo é legitimamente humano. Simplificar contextos complexos para sua apreensão faz parte do processo de atribuição de significados. O que se questiona e se pretende expor no presente trabalho é o fato de que o uso recorrente de enquadramentos e discursos restritos limita as possibilidades de o cidadão desempenhar, de maneira menos ingênua, sua função no cenário democrático. A lógica maniqueísta (re)produzida pela mídia não apenas simplifica, mas reduz e empobrece o discurso político. E é desta lógica que trataremos a seguir.

## **2. Como significar as verdades**

Para Michel Foucault (1979), a verdade não passa de um “mito”, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser alterada, “porque o longo cozimento da história a

tornou inalterável” (FOUCAULT, 1979, p. 12). A verdade não existe fora do poder ou sem poder,

é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Entre seus conceitos fundadores - e caros a nossa linha de pesquisa - está o entendimento de que o poder não é algo unitário, tem formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Tampouco é um objeto, uma coisa, mas antes uma prática social e, como tal, construída historicamente. Uma vez que “o” poder não existe, o que existem são práticas, relações de poder. Poder se exerce. Logo, admite-se que não existem, de um lado, aqueles que detêm o poder, em detrimento de outros, que apenas sofreriam sua repressão. Qualquer luta é resistência dentro da própria rede de poder, não há como estar de fora dela.

Uma vez que buscamos averiguar como os discursos políticos se apropriam de traços maniqueístas em sua representação da realidade, é essencial compreender que, sob a luz dos argumentos do historiador francês, cada sociedade, a partir de um conjunto de regras, discrimina o “verdadeiro” (bom) e o “falso” (mau). Em tal distinção, logo é preciso notar que ao “verdadeiro” estão atrelados os efeitos políticos de poder, o que Foucault chamou de “economia política da verdade”.

As sociedades e as culturas são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ou não ser dito, e os sujeitos nunca são isentos desses efeitos, pois eles são constituídos e constituidores dessas verdades ao, no mínimo, aceitarem-na como tal. Assim, a verdade se transforma em objeto de debate e confronto político e social, estando “circularmente ligada a sistemas de poder, que a reproduzem e que a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Podemos pensar, ainda, que tais verdades circulam em meio à atuação de um poder simbólico, como elucida Pierre Bourdieu (2012), um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p. 7).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2012, p.11).

A assimilação de tais “verdades”, do que é tido como verdadeiro ou falso, bom ou ruim, justo ou injusto pelos cidadãos, toma caminhos complexos em um amplo e variado universo de informações, por vezes, até excessivas. Nessa interação rotineira com diferentes quadros de referência, disponíveis e elaborados de acordo com o ambiente cognitivo de cada um, a fim de evitar a paralisia, o cidadão comum busca marcas, sinais, uma orientação que contextualize, enquadre cada elemento particular numa moldura maior, conferindo-lhe sentido. “Os meios de comunicação de massa de oferecem, neste contexto, como uma estrada sinalizada; propõem uma organização autorizada dos eventos” (ALDÉ, 2001, p. 5). E tais enquadramentos acabam por interferir ou até mesmo orientar as atitudes políticas desse cidadão.

Enquadramentos, termo traduzido do conceito de *frame*, de Erving Goffman (1974), são “definições de uma situação construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos – ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles” (GOFFMAN, 1974, p. 10, tradução nossa). Tais estruturas cognitivas que organizam o pensamento, esquemas que dirigem a informação para o que é tido como relevante, são compostas de crenças, atitudes, valorações e preferências. Trata-se, portanto, de “construções culturais que se realizam na narrativa, na articulação”. (ALDÉ, 2001, p. 112).

Ora, o enquadramento é um recurso discursivo dos meios de comunicação, que pode ou não “colar”, sendo incorporado ao repertório mais constante de explicações estruturantes de que os sujeitos precisam para justificar suas escolhas e ações. Quanto mais os meios utilizam-se de prismas de fácil assimilação pelos cidadãos para enquadrar as notícias, maior a probabilidade de influírem, na hora de escolher a explicação mais plausível para determinado cenário político. (ALDÉ, 2001, p. 112).

Cada pessoa recorre a um repertório particular de explicações e analogias para esclarecer conceitos, resumir contextos complexos, ilustrar significados e se orientar no mundo. A mídia, evidentemente, ocupa uma posição de destaque nesse universo de referências que rodeia todos os indivíduos, por seu alcance quase universal dos meios de comunicação (cada qual com suas especificidades) e, sobretudo, por sua homogeneidade discursiva, tendendo a repetir enquadramentos, que, em nosso caso, dizem respeito ao

enquadramento maniqueísta, oposições simplistas entre Bem e Mal. E quando esses enquadramentos - limitados e repetidos - propostos no discurso midiático são incorporados ao discurso dos cidadãos sobre a política, se tornam explicações, bases que estruturam suas opiniões, bem como decisões políticas. Ganham, dessa forma, importância central na democracia contemporânea.

Autor trazido por Aldé (2001) ao debate, Schutz aborda a chamada “atitude do senso comum”, a partir da qual os adultos raciocinam normalmente por tipicidade, por expressões indiciais não mais que suficientes, em sua busca por objetivos práticos. O sentido geral do mundo, segundo ele, não seria abalado por falhas menores, uma vez que as pessoas estão envolvidas nas múltiplas pressões cotidianas. Cada fenômeno social ou cultural serviria de evidência para padrões mais abrangentes, dando certa previsibilidade aos sentidos. Em suma, as pessoas buscariam economizar esforço cognitivo, dando prioridade à rápida consideração dos assuntos cotidianos. Explicações relativamente simples, de preferência comuns, seriam usadas para articular atitudes, inclusive políticas.

Para tratar da racionalidade da escolha do voto, Paulo Roberto Leal (2002) – seguindo o pensamento firmado por Samuel Popkin – propõe que as decisões tomadas pelos eleitores têm como base cálculos racionais. Uma vez considerados os custos que o processo de busca por informações teria ao eleitor médio, “os dados com os quais ele trabalha são subprodutos de informações advindas de outras atividades – pessoais ou econômicas, por exemplo. As informações que se usa para o cálculo político são indiretas e decorrem de impressões geradas em outros campos da vida cotidiana” (LEAL, 2002, p. 69). Assim, como um investidor em busca de redução de custos, o eleitor agiria por meio de atalhos.

A lógica da personalização – muito debatida no cenário contemporâneo – se enquadra em tal discussão, já que a escolha de candidatos, a partir de suas características pessoais, seria uma decisão econômica. “Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações são mais óbvias e fáceis” (LEAL, 2002, p. 70).

Segundo Aldé (2001), os cidadãos recebem uma grande variedade de imagens construídas de maneira antagônica, que competem entre si. Estamos tratando, no entanto, de representações políticas muito simplificadas e esquematizadas. Em um cenário em que os compromissos são vagos e a relação estabelecida com o eleitor é a de confiança, a credibilidade do político acaba por substituir qualquer possibilidade de verificação. Segundo as ideias propostas por Bernard Manin, este é um meio de resolver o problema dos custos da informação política, desproporcionais em relação à influência que o eleitor espera exercer sobre o resultado das eleições. E acrescenta que, “quando a identidade social e a

identificação partidária perdem importância na determinação do voto, surge a necessidade de encontrar caminhos alternativos para obter informação política” (MANIN, 1995, p. 30).

Se, por um lado, os indivíduos buscam meios para dar sentidos à realidade que vivenciam – por meio de complexos processos cognitivos que tentam dar conta de tais discursos - por outro, o jornalismo também lança mão de sua lógica. Tomamos como ponto de partida a afirmação de que o jornalismo não é um espelho do mundo real, tampouco é ficcional. Em seu fazer jornalístico, constrói conhecimentos atribuindo sentidos ao real: além de evidenciar as relações objetivas de um evento, evocando sua singularidade, cria relações e significações no ato de sua produção.

Várias são as razões, como explicita Traquina (2005b), para que as notícias sejam rejeitadas como espelho da realidade. Primeiramente, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo, porque a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, pois não existe linguagem neutra. Por fim, porque admite que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores (TRAQUINA, 2005b, p. 168-169).

A construção da notícia – sobretudo no cenário político, ao qual voltamos nossos olhares neste trabalho – não se dá de maneira arbitrária, pela imaginação do jornalista, mas como resultado de uma escolha de aspectos da realidade, recortes, que salientam traços em detrimento de outros, muitas vezes influenciada por uma cultura própria, por convenções narrativas. Neste contexto, aparecem os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia, espécie de “código ideológico”, como resgata Traquina (2005a), por trás dos quais estão noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade, que demarcam fronteiras entre o “desvio” e o “normal”. A distinção entre comportamentos normais e desviantes empreendida pelo jornalismo contribui para a construção de uma visão dicotômica da realidade:

[...] devido aos valores-notícia de construção, como por exemplo a simplificação, e os valores-notícia de seleção, como por exemplo o conflito, a maneira de ver dos membros da tribo jornalística privilegia uma visão bipolar – o mundo é estruturado em pólos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc. (TRAQUINA, 2005a, p. 47-48) .

O processo jornalístico de atribuição de sentidos é mediado, segundo Ciro Marcondes Filho (2002), por “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais que, por incorporar e refletir valores comuns, formam a base de uma sociedade. No processo de



construção da notícia, o jornalista acaba por classificar as pessoas, as ações e os eventos noticiados de acordo com imagens pré-concebidas, estereótipos sociais que o impedem de captar os fatos em sua complexidade e peculiaridade. “[...] o clichê constrói antecipadamente a notícia: jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 109).

Com a ativa presença dos meios de comunicação na difusão das informações sobre a atualidade, as seleções, hierarquizações e simplificações presentes no discurso jornalístico acabam por contribuir para a construção da própria realidade.

[...] fora o que é imediatamente palpável, tangível, são consideradas “reais” apenas coisas, acontecimentos, pessoas e relações que se oferecem a nós na compilação da atualidade midiática e/ou nos repertórios pelos quais tal atualidade invade o mundo da vida (GOMES, 2004, p. 326).

Ao menos do ponto de vista cognitivo, realidade e atualidade midiática se tornam coincidentes, “o real é o midiático e o midiático é o real”. (GOMES, 2004, p. 326).

### **3. O bem e o mal no discurso jornalístico**

Roger-Gérard Schwardtzenberg, em “O Estado Espetáculo” (1977), já nas primeiras sentenças bem define o cerne da obra. “A política, outrora, eram as ideias. Hoje são as pessoas. Ou melhor, as personagens” (SCHWARDTZENBERG, 1977, p. 9). Ao comparar a política a um espetáculo, no qual cada dirigente parece desempenhar um papel, assevera que a política “se encena”. Ao fazer da esfera política uma cena lúdica, o Estado se transformaria em uma “empresa teatral”, cujo objetivo primeiro é divertir o público de cidadãos. Nesse cenário, o poder se personaliza, se humaniza, adquirindo a fisionomia do próprio dirigente que o exerce.

A imagem apresentada ao público pelo homem político, contudo, pouco carrega da realidade. É uma recomposição, uma encenação constante que tem por objetivo captar a atenção. Ao invés de ser ele mesmo, o homem político prefere parecer, ainda que, para isso, precise “simular ou dissimular”. Na cena política – condicionada à lógica do *star system* - é necessário escolher um papel, uma imagem a ser interpretada.

Alguns de tais papéis – o herói, o homem ordinário, o líder charmoso, o pai e a figura feminina – que vão se alternando em preferência pelo público ao longo da história, são descritos por Schwardtzenberg. O herói, por exemplo, seria o homem excepcional,



salvador, aquele que fornece a certeza. Grande papel ambicionado pelos homens políticos, o herói seria ainda “um *showman*”, “um homem de espetáculo”.

Os tipos descritos há décadas pelo autor, personagens que rivalizam entre si para estar em foco, muito nos ajudam a pensar o contexto atual da construção do discurso político. A partir do momento que se estabelece um herói - ou estipula-se no discurso jornalístico que há traços dele nos políticos - é natural que se estabeleça um vilão.

Neste contexto, destacamos enunciados nos quais metáforas evocam poderes sobre-humanos, como na reportagem “No Legislativo, o estilo discreto de um novo todopoderoso”, publicada por O Globo, em 28 de junho, editoria Rio, p. 29. Na busca por novos sentidos, podemos parafraseá-la por “No Legislativo, o estilo discreto de um parlamentar que tem grande influência na casa”. Caso semelhante ocorre no enunciado publicado na entrevista a Dilma Rousseff, da Folha de S.Paulo, em 7 de julho, editoria Poder, p. A4: “nenhum de nós é super-homem ou super-mulher”, o que reformulamos para e “nenhum de nós é imbatível” ou “incansável”.

No discurso político brasileiro, alguns desses heróis e vilões parecem já ter seus sentidos cristalizados culturalmente. É o caso de quando se trata da ditadura. Nesta cena, o autoritarismo sempre assume uma aura “obscura”, “maligna”, em suma, figuraria o Mal, enquanto a democracia, o Bem.

A reportagem que tem como manchete “Dilma enfrentará em viagem a assombração de Blair House” (Folha de S.Paulo, 28 de junho, Mundo, p. A5) resgata o fato de a presidente ter que se hospedar no mesmo local onde se hospedou Emílio Médici, durante o auge do regime militar – momento em que a presidente foi torturada. Ainda destacamos os enunciados “a presidente enfrentará uma tenebrosa assombração” e “Dilma decidiu enfrentar os fantasmas de Blair House em nome da nação que representa” para atestar que as metáforas da “assombração” e dos “fantasmas” figuram como a “própria ditadura” ou, ainda, como “lembranças” que Dilma tem da ditadura.

Segundo Antonio Rubim (2002), uma reflexão que deseja, de fato, debater o problema da espetacularização da política na contemporaneidade, estruturada em uma rede e ambientada pela mídia, “não pode deixar de reconhecer que o recurso à emoção, à sensibilidade, à encenação, aos ritos e rituais, aos sentimentos, aos formatos sociais, aos espetáculos” (RUBIM, 2002, p. 6). Segundo ele, esses são alguns dos muitos fatores que, em conjunto com o debate e a argumentação racional, conformam a política.

Gomes (2004) corrobora tais ideias ao também afirmar que a política “se encena”.

No Brasil não causa estranheza a ninguém que o universo político se apresente na cena pública mediante uma grande variedade de enredos, por meio de múltiplos personagens constituídos e conduzidos, por arte, através de falas, cenários, antagonismos e protagonistas, peripécias e desenlaces. (GOMES, 2004, p. 291).

Para ele, “é um contra-senso imaginar uma sociedade com um grau zero de teatralização do poder, pensar alguma forma social de onde fosse possível dispensar a dramaturgia política” (Gomes, 2004, p. 416). O autor, inclusive, utilizou o termo “Theatrum politicum” para tratar dessa relação.

Os escândalos que envolvem a corrupção no país podem ser entendidos por essa lógica, uma vez que os fatos “revelados” pela mídia vão se sucedendo nas páginas dos jornais – e também em outros meios – como que em capítulos, de forma romanceada. A corrupção é tratada a todo tempo como o grande Mal a ser combatido na atualidade, sobretudo pela imprensa, com reportagens de denúncia, ou por entidades ditas “isentas”, embora, de maneira geral, estejam ligadas ao mesmo Estado do qual seriam “independentes”.

A afirmação pinçada para intitular a entrevista com Carlos Fernando Lima – ideólogo das delações da Operação Lava Jato – é um bom exemplo da oposição discursiva alcançada por meio de metáforas, neste caso, religiosas. “Não existe Jesus Cristo nem Judas no Petrolão”, diz a manchete (Folha de S. Paulo, 2 de julho, Poder, p. A6), o que poderíamos reformular como “Não existem inocentes ou culpados no Petrolão”.

Outro enunciado que elucida nosso estudo é “é mais um capítulo de sua ‘vingança’”, também da Folha de S. Paulo (2 de julho, Poder, p. A4). Embora sejam utilizadas aspas no termo “vingança”, para afirmar seu uso metafórico, a sentença busca salientar a “insatisfação” e possível “retaliação” de Renan Calheiros (PMDB-AL) em relação ao governo, por não ter havido esforços para retirá-lo da lista de investigados da Operação Lava Jato.

Retomando os estudos de Aldé (2001) em relação à atitude política do cidadão comum – que relacionamos fortemente à influência do discurso midiático - um ponto que chama a atenção nos discursos políticos analisados por ela é a constância de algumas perspectivas. “É o caso de uma perspectiva moral simplificada, fundamentada em valores genéricos e numa acepção de bem comum identificado como ‘do povo’, acima dos conflitos de interesses, e passível de ser avaliado em termos de bem e mal” (ALDÉ, 2001, p. 109).

O discurso proferido por governo e oposição também evoca, com frequência, metáforas maniqueístas em sua busca pela “vilanização” do outro. “Perdi a eleição para

uma organização criminosa”, é a sentença escolhida do discurso de Aécio (O Globo, 28 de junho, País, p. 6), ou seja, “Perdi a eleição porque os vencedores cometem ilegalidades”. Nas palavras dos próprios jornalistas, termos associados à criminalidade são escolhidos com frequência, a exemplo da manchete do trecho citado acima, “Aécio diz que doações legais a tucanos são diferentes de ‘assalto’”, ou do subtítulo “presidente chama a oposição de um tanto golpista” (este da Folha, 7 de julho, Poder, A4) .

Por outro lado, a vitimização faz contraponto à vilanização do outro, como em ““Nossa bancada é uma voz clamando no deserto às vésperas da crucificação””, frase da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), em matéria de O Globo (em 7 de julho, País, p. 4) criticando a falta de reação do Planalto às críticas sofridas. A sentença, carregada de metáforas religiosas e dramáticas, poderia ser reconstruída por “Nossa bancada está sozinha” ou ainda “está prestes a sofrer punições injustas”.

O fenômeno da personalização da política também muito se relaciona com a apropriação do discurso bipolar, maniqueísta. Não apenas atribui-se o Mal a uma entidade ou a um partido, como poderíamos pensar em um contexto passado. O Mal, agora, pode ser personificado, estar associado a um indivíduo, quanto maior for seu destaque e poder de representação no cenário político. Neste contexto, é válido considerar mais um dos conceitos de Goffman (2009), o da “representação”. Ele desenvolveu uma teoria que leva em consideração aspectos dramaturgicos aplicados à vida cotidiana, na qual nos apresentamos a partir de papéis e simulações nem sempre conscientes. Em suas palavras, “presume-se que a vida apresenta coisas reais e, às vezes, bem ensaiadas” (GOFFMAN, 2009, p.9).

O autor parte da ideia de que os indivíduos já possuem um conhecimento prévio à interação, o que permitiria já conhecer ou ter uma impressão inicial sobre o outro. Esse conhecimento agiria de modo a expressar uma ideia que acabasse por impressionar os outros. Ele pondera que o mundo todo não se constitui um palco, mas questiona que “não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não o é” (GOFFMAN, 2009, p. 71).

Para Goffman (2009), os indivíduos buscam a aceitação a partir da associação de suas condutas a determinados símbolos reconhecidos na sociedade. Eles assumiriam, desta maneira, diferentes papéis sociais, de acordo com o que mais fosse conveniente em determinado momento ou que estivesse em consonância com a imagem a ser passada.

Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN, 2009, p. 41).

A personalização se faz presente no discurso, por exemplo, nos enunciados “A presidente Dilma Rousseff chegou ontem aos EUA carregando na bagagem as crises econômica e política que enfrenta em casa” (O Globo, 28 de junho, País, p. 8) e “Dilma corre o risco de ter as contas rejeitadas” (O Globo, 28 de junho, País, p. 6). Neste caso, chamamos a atenção para a ideia de que o próprio indivíduo assume as características de um governo. No primeiro enunciado, uma vez que assumimos que levamos na bagagem nossos pertences, objetos pessoais, poderíamos associar que as crises pertencem a Dilma ou principalmente são atribuídas a ela. No segundo caso, a opção feita na construção é de que as contas são da presidente e não de sua campanha ou de seu partido, ideia que é reforçada na reportagem em momentos diversos, como em “levar à rejeição das contas da presidente Dilma” e “A presidente Dilma também terá de dar uma explicação se não quiser ter as contas de 2014 rejeitadas”.

Luiz Gonzaga Motta (2010) introduz argumentos que sustentam a ideia de que o jornalismo político tem o enquadramento dramático ou narrativo como predominante. Jornalistas e público procurariam organizar a realidade de maneira narrativa, em histórias sucessivas que se interpõem umas às outras. Por um lado, tais *frames* ou molduras facilitam, segundo ele, a difícil tarefa jornalística de enquadrar a complexidade do mundo. Por outro, permitem a rápida compreensão dos receptores, que os utilizam frequentemente em diversas situações da vida.

Os enquadramentos narrativos utilizados pelo jornalismo, ainda conforme ele, são “inúmeros e infundáveis”, que podem se revelar de maneira relativamente clara na linguagem do jornalismo cotidiano. “Só a observação empírica pode indicar até onde a linguagem objetiva derrapa para planos alegóricos, metafóricos ou simbólicos, em cada situação” (MOTTA, 2010, p. 153). Trava-se, aqui, uma luta bastante questionada no jornalismo, relativa aos limites entre o objetivo e o subjetivo.

Seja como for, os enquadramentos dramáticos ou narrativos sugerem uma tensão entre o objetivo e o subjetivo na comunicação jornalística. Essa tensão torna a análise mais desafiadora. A racionalidade e a referencialidade da linguagem jornalística não a exime de certo nível de simbolismo: a representação objetiva do real não é, nem nunca será o real, estará sempre mais ou menos sujeita a contaminações do imaginário. A matéria-prima do jornalismo são os dramas, tragédias e conflitos do cotidiano. Ao tentar relatá-los objetivamente, a expressão jornalística torna-se contraditória, tende para o racional, mas não escapa do ficcional. Quer ser o espelho fiel da realidade, mas não consegue liberar-se das determinações culturais e simbólicas. (MOTTA, 2010, p. 160).

#### 4. Considerações finais

Como apontamento essencial ao que foi desenvolvido neste trabalho, reforçamos as correntes que admitem que os sujeitos não são regidos por forças sobre as quais não têm controle ou qualquer tipo consciência. Ao contrário, são produtores de sentido. Entender o fenômeno da opinião pública passa pelo entendimento de que a vivência política é essencialmente discursiva.

Diversos são os autores - alguns deles trazidos brevemente à discussão - que colocam a política em um campo de oposições, que podem ser observadas, sobretudo, por meio da linguagem, o que dá credibilidade à nossa ideia de que o discurso político é permeado por traços maniqueístas. Dar sentido à complexa realidade política, muitas vezes, significa estabelecer e acentuar “antagonismos agonísticos, hostilidades, oposições, [...] enredos e histórias dramáticas porque assim é constituído o campo da política, campo de disputas, conflitos e tensões permanentes” (MOTTA, 2010, p. 148).

Como já alertava Schwartzberg (1977) - ao afirmar que uma cultura do espetáculo não passa de simulação, simulacro de uma cultura de verdadeira participação - educação e informação devem assumir papel central em uma sociedade. É necessário formar “indivíduos conscientes e responsáveis. Que saibam exercer seu livre exame e sua faculdade de escolha. Que saibam resistir à mentira, ao mito, e à propaganda. Capazes de reagir como cidadãos autônomos e não como autômatos” (SCHWARTZENBERG, 1977, 344).

Acreditamos que, como conclui Aldé (2001), a comparação entre discursos, a exposição a diferentes enquadramentos para um mesmo fato, permite ao indivíduo contextualizar de maneira mais plena as explicações que elabora. A interseção entre quadros de referência midiáticos e interpessoais relevantes ao cidadão reflete-se, dessa forma, em discursos mais coerentes sobre a política. Embora o consumo dos meios seja diferenciado, uma vez que os receptores situam-se em redes complexas de relações, é notório que “existe uma perturbadora homogeneidade no uso dos mecanismos cognitivos mais comuns” (ALDÉ, 2001, p. 185).

A atribuição de um papel central à mídia na vivência e conhecimento da política, não tem como contraponto, aparentemente, uma mídia que desempenhe este papel democraticamente. Com isso, a pesquisadora conclui que “enquadramentos restritos limitam as possibilidades de discurso dos cidadãos sobre a política; a homogeneidade dos

atalhos ou enquadramentos disponíveis na esfera pública gera distorções no processo democrático” (ALDÉ, 2001, p. 185).

Enquadramentos repetidos e incessantes não apenas conferem sentidos semelhantes aos episódios da vida cotidiana, estabelecem também modos engessados de como participar dela.

## 5. Referências

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

BARBOSA, Flávia. **Nos Estados Unidos, Dilma também busca aplacar crise doméstica**. O Globo, Rio de Janeiro, 28 jun. 2015. País, p. 8.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**. 26ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CRUZ, Valdo; FRIAS, Maria Cristina; NERY, Natuza. **‘Eu não vou cair, isso ai é moleza’, afirma Dilma**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 jul. 2015. Poder, p. A4.

FOLHA DE S. PAULO. **Governo reconhece falha e vetará reajuste do Judiciário**. Autoria desconhecida. São Paulo, 2 jul. 2015. Poder, p. A4.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper, 1974.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

KRAKOVICS, Fernanda. **Para bancada petista, governo precisa reagir e enquadrar a PF**. O Globo, Rio de Janeiro, 7 jul. 2015. País, p.4.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política**. Juiz de Fora, Revista Lumina n°2, p. 66-67, jul/dez 2002.

LIMA, Maria; MARISE, Renata. **Aécio diz que doações legais a tucanos são diferentes de ‘assalto’**. O Globo, Rio de Janeiro, 28 jun. 2015. País, p. 6.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**, Revista Brasileira de Ciências Sociais”, n° 29, out. 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2ª edição. São Paulo: Hacker, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo**: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7ª edição. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Unicamp, 1988.

ROCHA, Graciliano. **‘Não existe Jesus Cristo nem Judas no Petrolão’**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 jul. 2015. Poder, p. A6.

RUBIM, Antonio Canelas. **Espetáculo, política e mídia**. Anais do XI Encontro Anual da COMPOS, Rio de Janeiro, jun. 2002. Disponível em: [www.unb.br/comunicacaoepolitica/Albino2002.pdf](http://www.unb.br/comunicacaoepolitica/Albino2002.pdf). Acesso em: 27/06/2015.

SASSINE, Vinicius. **AGU admite manobra no Bolsa Família**. O Globo, Rio de Janeiro, 7 jul. 2015. País, p. 6.

SCHMITT, Luiz Gustavo. **No Legislativo, o estilo discreto de um novo todo-poderoso**. O Globo, Rio de Janeiro, 28 jun. 2015. Rio, p. 29.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SPEKTOR, Matias. **Dilma enfrentará em viagem a assombração de Blair House**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 jun. 2015. Mundo, p. A15.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. v 2. Florianópolis: Insular, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005b.